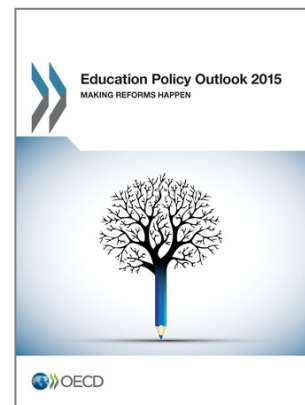


# OECD *Multilingual Summaries* Education Policy Outlook 2015 Making Reforms Happen

*Summary in Portuguese*



Leia todo o livro em: [10.1787/9789264225442-en](https://doi.org/10.1787/9789264225442-en)

## Perspetivas da Política da Educação 2015 Concretização das Reformas

*Sumário em Português*

Nos vários países da OCDE, mais de 12% da despesa pública é investida na educação. Contudo, conforme demonstram vários estudos internacionais como o Programa de Avaliação Internacional de Alunos (PISA) da OCDE, há diferenças consideráveis na forma como o dinheiro é despendido e, também, nos resultados obtidos. Esta primeira edição das Perspetivas da Política da Educação 2015: Concretização das Reformas, tem por objetivo ajudar os decisores políticos e outras partes intervenientes no setor da educação a aprender de que forma os seus pares noutros países respondem a desafios comuns, desde o ensino de populações estudantis diversas à instituição de medidas que responsabilizam as escolas pela qualidade do ensino que ministram. O relatório proporciona um olhar pormenorizado sobre cerca de 450 reformas do ensino que foram adotadas nos vários países da OCDE entre 2008 e 2014. Apesar de estas políticas terem sido desenvolvidas em contextos específicos, podem servir de inspiração a decisores políticos que estejam à procura de maneiras eficazes de melhorar os sistemas de ensino nos seus próprios países.

## Tendências nas políticas de educação

Praticamente um em cada cinco estudantes de 15 anos de idade na OCDE não adquire as competências mínimas necessárias para ter uma plena participação na sociedade atual. Cerca de 16% das reformas mais recentes tiveram como objetivo garantir a qualidade e a equidade na educação. Muitos países deram prioridade a políticas que visam apoiar os estudantes desfavorecidos ou escolas com uma população estudantil diversa. Estas políticas incluem, por exemplo, o apoio da Nova Zelândia às suas populações Māori e Pasifika, o regime Pupil Premium em Inglaterra (NT: esquema de financiamento adicional às escolas públicas para melhorar o aproveitamento de alunos desfavorecidos) e, no Chile, a Lei da Subvenção Escolar Preferencial (NT: destinada a apoiar os alunos oriundos de camadas vulneráveis da população). Entretanto, no que diz respeito à primeira infância, quer a Austrália, quer a Polónia têm concentrado os seus esforços no aumento do número de crianças inscritas e na melhoria da qualidade do ensino e dos cuidados prestados a esta faixa etária.

Cerca de 29% das medidas de reforma consideradas no presente relatório visam uma melhor preparação dos estudantes para o futuro. Para tal, muitos países têm centrado esforços na melhoria da qualidade e da relevância dos seus programas de educação e formação profissional (EFP), ou na expansão dos seus sistemas de formação e aprendizagem no local de trabalho. Portugal introduziu uma estratégia abrangente em matéria de EFP, enquanto a Dinamarca e a Suécia introduziram reformas nos seus programas de EFP. Muitos países também introduziram políticas para garantir aos estudantes a possibilidade de conseguirem emprego ou uma vaga em cursos de formação contínua. Os quadros nacionais de qualificações também foram revistos, muitas vezes em colaboração com a União Europeia, com vista a conferir uma maior transparência a todos os sistemas de ensino.

Os países também centraram esforços na requalificação das escolas (24% das medidas de reforma consideradas no presente relatório dizem respeito a esta questão), com o objetivo de criar ambientes de

aprendizagem positivos e de atrair e reter docentes de qualidade. As políticas relativas aos docentes têm sido uma das prioridades: A Austrália criou o Australian Institute for Teaching and School Leadership (Instituto Australiano do Ensino e Direção de Escolas) e os Países Baixos criaram um Programa para Professores. A França e os Estados Unidos focaram-se na melhoria da formação inicial para professores, enquanto a Finlândia adotou medidas visando a criação de um sistema de desenvolvimento profissional para pessoal não docente. Alguns dos países nórdicos e o Japão introduziram reformas nos seus currículos de ensino.

Os sistemas escolares fundamentam-se na avaliação e na classificação para direcionarem os seus esforços de reforma. Cerca de 14% das políticas em discussão incidiram nesta faceta do ensino. O Chile e o México, por exemplo, fortaleceram as suas instituições de avaliação. Através do seu projeto VALES, a Itália introduziu políticas destinadas a criar ferramentas e processos de apoio às avaliações internas e externas das escolas.

Dada a crescente complexidade da governação dos sistemas de ensino (9% das reformas deste conjunto dizem respeito a questões de governação), alguns países elaboraram visões abrangentes para os seus sistemas de ensino (a reforma das Folkeskole na Dinamarca e as estratégias e prioridades aprovadas à escala nacional no Canadá) ou aperfeiçoaram funções e responsabilidades, quer através da criação de novas instituições, quer reorganizando as disposições ao nível da governação local (Estónia). As reformas relativamente ao financiamento (que representam 12% de todas as medidas de reforma consideradas no relatório) foram generalizadas ao nível do sistema (“Race to the Top” (“Corrida para o Topo”) nos Estados Unidos e, na Alemanha, “Investir no Futuro”), ao nível das instituições (o programa “Dignificar as Escolas” no México e, na Bélgica, as reformas no financiamento das escolas), bem como ao nível do estudante individual (Nova Zelândia).

## Sucesso na implementação das políticas

A reforma do ensino só pode ser eficaz se as políticas forem corretamente implementadas. Isto significa que, para apoiar as reformas na avaliação e classificação, é necessária a instituição de um quadro coeso, com capacidade suficiente para fazer e interpretar avaliações a todos os níveis do sistema de ensino. Para que a sua introdução seja bem-sucedida, as inovações no ambiente de aprendizagem devem abordar concretamente problemas específicos ao nível do ensino e da aprendizagem. E para melhorar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, as políticas devem focar-se na mudança das práticas na sala de aula, no equilíbrio entre pressão e apoio externos, bem como na definição e prossecução dos objetivos de longo prazo.

Em termos mais gerais, a análise das reformas selecionadas mostra que as políticas mais eficazes são aquelas que se centram nos estudantes e na aprendizagem, fortalecem a capacidade dos professores e envolvem todas as partes interessadas. Na maioria dos países da OCDE, os sindicatos de professores e as organizações empresariais em especial estão a ter um envolvimento crescente na implementação das políticas. Os sindicatos de professores apelam a um diálogo mais estruturado com os governos, enquanto o setor empresarial deseja estabelecer ligações mais estreitas com os sistemas de ensino.

Importa também sublinhar aqui que a análise mostra que, uma vez adotadas as políticas, o seguimento que lhes é dado é pouco consequente. Apenas 10% das políticas consideradas neste conjunto de dados foram avaliadas em termos do seu impacto. Uma medição mais rigorosa e consistente do impacto das políticas será não só mais rentável no longo prazo, como também é essencial para a criação de opções de política de ensino que serão mais úteis, exequíveis e bem-sucedidas.

© OECD

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE [www.oecd.org/bookshop](http://www.oecd.org/bookshop)**

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org) Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights](http://www.oecd.org/rights)



**[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)**

© OECD (2015), *Education Policy Outlook 2015: Making Reforms Happen*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264225442-en